



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

PROVA OBJETIVA

1. A Constituição Federal, após enumerar os princípios constitucionais da ordem econômica, estabelece, no parágrafo único do art. 170 que: “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”.

Segundo a classificação das normas constitucionais concebida por José Afonso da Silva, o enunciado transcrito pode ser considerado como norma:

- a) de aplicabilidade imediata e de eficácia contida.
- b) de aplicabilidade imediata e de eficácia plena.
- c) de aplicabilidade imediata e de eficácia limitada.
- d) de aplicabilidade mediata e de eficácia contida.
- e) de aplicabilidade mediata e de eficácia limitada.

2. Segundo a classificação dos elementos das Constituições, adotada por José Afonso da Silva, as normas da Constituição da República Federativa do Brasil que estabelecem os fundamentos, as finalidades e os princípios da ordem econômica são consideradas elementos:

- a) orgânicos.
- b) limitativos.
- c) sócio-ideológicos.
- d) de estabilização constitucional.
- e) formais de aplicação.

3. Sobre os Procuradores do Estado, tal como disciplinados pela Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

- a) são indispensáveis à administração da justiça, sendo invioláveis por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- b) são organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- c) são estáveis após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- d) exercem a representação judicial e a consultoria jurídica de suas unidades federadas.
- e) não podem exercer a advocacia fora das atribuições institucionais..

4. De acordo com a Constituição Federal, a proposta de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, de emenda constitucional tendente a abolir a obrigatoriedade do voto:

- a) poderá ser objeto de deliberação, desde que fundamentada e aprovada pelo Presidente da República.
- b) não poderá ser objeto de deliberação, em razão da matéria nela abordada.
- c) somente não poderá ser objeto de deliberação na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

d) poderá ser objeto de deliberação, ainda que na vigência de intervenção federal, dada a relevância da matéria.

e) não poderá ser objeto de deliberação, pois a Constituição Federal somente pode ser emendada mediante proposta do Presidente da República.

5. Sobre as súmulas vinculantes, é INCORRETO afirmar que:

a) tem por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos do Poder Judiciário ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

b) a partir de sua publicação na imprensa oficial, tem efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

c) do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar súmula vinculante ou que indevidamente a aplicar, cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

d) o círculo de sujeitos legitimados a propor aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante revela-se extremamente limitado, pois só abrange aqueles agentes ou instituições expressa e taxativamente referidos na Constituição Federal.

e) a arguição de descumprimento de preceito fundamental não pode ser utilizada para obter a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante.

6. Em conformidade com a Constituição Federal, a proposta de Emenda Constitucional de iniciativa do Presidente da República será discutida e votada em:

a) cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos respectivos membros.

b) sessão unicameral, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver três quintos dos votos dos respectivos membros do Congresso Nacional.

c) cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, considerando-se aprovada se obtiver a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

d) sessão unicameral, em turno único, considerando-se aprovada se obtiver dois terços dos votos dos membros do Congresso Nacional.

e) cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

7. Os Estados podem instituir:

a) representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

b) arguição de descumprimento de preceito fundamental em face da Constituição Estadual, vedada a



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

c) ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

d) ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, permitida a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

e) ação direta de inconstitucionalidade por omissão em face da Constituição Estadual, permitida a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

8. De acordo com a legislação infraconstitucional que disciplina o controle de constitucionalidade concentrado perante o Supremo Tribunal Federal, declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, a decisão será comunicada ao Poder competente para adoção das providências necessárias, e, tratando-se de órgão administrativo, para fazê-lo em:

a) trinta dias.

b) trinta dias, ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Tribunal, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso e o interesse público envolvido.

c) sessenta dias.

d) sessenta dias, ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Tribunal, tendo em vista as circunstâncias

específicas do caso e o interesse público envolvido.

e) noventa dias.

9. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exerce, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este:

a) determinante para os setores público e privado.

b) determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

c) indicativo para os setores público e privado.

d) facultativo para o setor público e determinante para o setor privado.

e) facultativo para os setores público e privado.

10. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida:

a) quando necessária aos imperativos da segurança nacional, conforme definida em lei.

b) quando necessária a relevante interesse coletivo, conforme definido em lei.

c) quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

d) quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei, ressalvados os casos previstos na Constituição.

e) nos casos expressa e taxativamente previstos na Constituição.

DIREITO ADMINISTRATIVO



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

11. O ato administrativo eivado de falhas e irregularidades é considerado nulo, quando não é possível aproveitá-lo em sua essência. Considerando a nulidade do ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) ao verificar que determinado ato administrativo é nulo, a administração pública nada precisará fazer para extirpá-lo, devendo seus efeitos serem apenas desconsiderados e ignorados.
- b) diante de um ato administrativo nulo, deve-se instaurar o procedimento específico para declarar sua nulidade, podendo a administração pública fazer de ofício, ou seja, sem provocação, sendo desnecessário notificar eventual beneficiário do ato para defender o ato.
- c) sendo o ato administrativo nulo, a administração não pode atuar de ofício, em razão do princípio da inércia, devendo ser provocada por eventuais interessados.
- d) havendo indícios de nulidade do ato administrativo, deve a administração instaurar procedimento administrativo para apurar a validade deste, devendo ser garantido o direito de defesa a eventuais beneficiários do ato antes do ato decisório para extirpá-lo.
- e) para considerar um ato nulo, é prescindível que haja processo administrativo prévio.

12. Sobre os institutos do tombamento e da limitação administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) tombamento é o instituto pelo qual se busca a preservação do patrimônio histórico e cultural, o que somente pode ser utilizado pela União, considerando ser uma competência exclusiva.
- b) um bem, ao ser formalmente tombado, não poderá ser modificado em qualquer hipótese, devendo ser preservado integralmente.
- c) a limitação administrativa, quando esvazia por completo a utilidade do imóvel, pode se converter em desapropriação indireta, gerando dever de indenização pelo Ente limitador.
- d) as limitações administrativas, em regra, são indenizáveis, considerando se tratar de invasão no direito dos administrados.
- e) o tombamento prescinde de processo próprio para ser formalmente declarado pelo ente público protetor.

13. Consoante doutrina administrativista, o Poder Disciplinar é:

- a) o poder dever que administração pública possui para punir quem infringe a Lei, como nos casos das infrações de trânsito.
- b) o poder dever de punir administrados, o que pode ser exercido de forma discricionária, levando-se em consideração a conveniência e oportunidade do gestor.
- c) um poder decorrente do Poder de Polícia, consistindo o Poder Disciplinar no poder dever de punir os servidores públicos que cometem infrações administrativas.



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

d) o poder dever de aplicar sanção penal pela prática de infração funcional.

e) é o poder dever de aplicar sanção em decorrência da prática de infração funcional pelos agentes públicos.

14. Acerca dos Princípios que regem o Direito Administrativo brasileiro, assinale a assertiva INCORRETA:

a) segundo o Princípio da Impessoalidade, os provimentos administrativos são imputados não ao gestor, mas sim a entidade pública a quem ele represente, não sendo possível desta forma responsabilizá-lo em qualquer seara do direito.

b) o Princípio da Publicidade, prescrito na Constituição Federal de forma expressa, impõe, como regra, a transparência de todos os atos estatais, no entanto, existem exceções que permitem o sigilo.

c) o Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público inspira a previsão dos limites ao administrador público na gestão da coisa pública, ficando este impedido de abrir mão do interesse público de forma arbitrária.

d) os dois princípios que decorrem da bipolaridade do direito administrativo – liberdade do indivíduo e autoridade da administração – são os da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o privado.

e) incluído pela Emenda Constitucional, o Princípio da Eficiência traz a obrigação constitucional de o gestor prezar por uma administração que alcance mais resultados com menor gasto de verba pública possível..

15. Sobre organização administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

a) as agências reguladoras são pessoas jurídicas de direito privado responsáveis pela fiscalização de determinado setor da economia, podendo inclusive editar normas técnicas.

b) os órgãos são entidades personalizadas que compõe os entes públicos, possuindo competências próprias, sendo autônomos no que tange aos aspectos financeiros e administrativos.

c) as organizações da sociedade civil são pessoas jurídicas de direito público sem fins lucrativos que firmam parcerias com os entes públicos para realização de atividades de interesse público, sendo consideradas o terceiro setor.

d) as empresas públicas (sentido estrito) são pessoas jurídicas de direito privado que não possuem participação de qualquer tipo de capital privado em sua composição.

e) as autarquias consistem em pessoas jurídicas de direito privado que possuem capacidade de autoadministração e executam serviços públicos próprios do Estado, sendo possível sua criação mediante Decreto.

16. Sobre Poderes Administrativos, assinale a opção CORRETA:

a) o Poder Normativo atribuído à Administração Pública confere a possibilidade de edição de atos normativos primários que buscam



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

inovar no ordenamento jurídico, a exemplo da iniciativa legislativa dos Chefes do Executivo.

b) o poder de polícia é indelegável em todos os seus aspectos, considerando que se trata de poder que permite a limitação de direitos dos administrados.

c) o poder de Polícia é poder consagrado exclusivamente ao Poder Judiciário, não sendo possível o seu exercício ao Poder Executivo.

d) a organização em forma hierárquica é característica exclusiva do Poder Executivo, havendo, desta feita, somente nesse âmbito, a incidência do poder hierárquico.

e) o Poder Regulamentar conferido ao Poder Executivo é decorrente da Constituição Federal, sendo exercido por meio de atos normativos secundários, aptos a permitir a fiel execução leis criadas.

17. Considerando o tema licitações e contratos, assinale a opção INCORRETA:

a) a Nova Lei de Licitação (Lei 14.133/2021) prevê expressamente as seguintes modalidades de licitação: pregão, concurso, leilão, concorrência e diálogo competitivo.

b) concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser apenas melhor preço, melhor técnica e preço ou melhor técnica.

c) adotar-se-á pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo

edital, por meio de especificações usuais de mercado.

d) o pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia padronizáveis e considerados comuns.

e) o diálogo competitivo poderá ser utilizado nas situações em que o objeto envolver inovação de tecnologia ou técnica e em que a administração restar impossibilitada de definir previamente a solução para satisfazer suas necessidades..

18. Ernesto, agente da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, foi designado para acompanhar o transporte de um cidadão condenado até o presídio, sendo incumbida a missão de fazer a escolta até a cela. Por conta de um leve deslize durante a condução, o cidadão condenado cometeu suicídio. Analisando a situação acima, assinale a alternativa correta, consoante jurisprudência dos Tribunais Superiores:

a) no caso em liça, não há responsabilidade do Estado, considerando que o cidadão cometeu suicídio, tratando-se de excludente de responsabilidade.

b) pode-se dizer que não há responsabilidade do Estado, sendo esta exclusivamente do agente.

c) o Estado será responsabilizado objetivamente, uma vez que a morte do condenado se deu sob sua custódia.



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

d) há parcial responsabilidade do Estado no caso em tela, considerando que houve falha do agente público que estava conduzindo o condenado a sua cela.

e) o Estado deverá ser responsabilizado, uma vez que é garantidor universal de qualquer acidente que ocorra dentro de presídios..

19. Sobre concurso público, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA:

a) a exigência de exame psicotécnico é legítima quando prevista no edital e for compatível com o cargo objeto do concurso.

b) a limitação de idade, sexo e altura para o ingresso na carreira militar é válida desde que haja previsão em lei específica e no edital do concurso público.

c) o edital é a lei do concurso e suas regras vinculam tanto a Administração Pública quanto os candidatos.

d) é vedada a realização de novo teste de aptidão física em concurso público no caso de incapacidade temporária, salvo previsão expressa no edital.

e) o candidato não pode ser eliminado de concurso público, na fase de investigação social, em virtude da existência de termo circunstanciado, inquérito policial ou ação penal sem trânsito em julgado ou extinta pela prescrição da pretensão punitiva.

20. Sobre o processo administrativo disciplinar, assinale

a alternativa INCORRETA, consoante jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

a) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

b) as instâncias administrativa e penal são independentes entre si, salvo quando reconhecida a inexistência do fato ou a negativa de autoria na esfera criminal.

c) não é possível a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar.

d) é possível a instauração de processo administrativo com base em denúncia anônima.

e) o excesso de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar não conduz à sua nulidade automática, devendo, para tanto, ser demonstrado o prejuízo para a defesa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. No ano de 2015, Atlas sofre dano moral como decorrência de ação de agentes públicos do Estado do Amazonas. No ano de 2022 afora ação de responsabilidade civil. Entretanto, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/1932 e entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a aludida pretensão encontra-se prescrita. O Juízo não se atenta ao ponto e determina a citação da Fazenda Pública para comparecer à audiência inaugural de conciliação e mediação do art. 334 do CPC.



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Sem acordo, a Fazenda oferece contestação e também não se atenta à prescrição. Após todo esse ocorrido, o magistrado se atenta ao fato e, de ofício, emite sentença resolutiva de mérito, sob o fundamento jurídico da prescrição. Acerca da situação narrada, assinale a opção CORRETA.

- a) o magistrado agiu de forma acertada, haja vista que matérias de ordem pública podem ser reconhecidas e decididas de ofício;
- b) o magistrado agiu de forma acertada, pois muito embora as matérias de ordem pública não possam ser reconhecidas e decididas de ofício, o reconhecimento da prescrição é exceção expressa no CPC;
- c) o magistrado agiu de forma irregular, contudo, o pronunciamento ainda será considerado válido, acaso a parte interessada não demonstre prejuízo no caso concreto, à luz do princípio *pas des nullités sans grief* (não há nulidade sem prejuízo);
- d) o magistrado agiu de forma incorreta, havendo violação aos princípios do contraditório e da vedação da decisão surpresa, pois não poderia ter decidido com base em fundamento a respeito do qual deveria ter dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se tratasse de matéria cognoscível de ofício;
- e) o magistrado agiu de forma incorreta, pois violou o princípio do contraditório diferido ou postecipado.

22. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. Esta

mesma regra se aplica à resolução da questão prejudicial, decidida expressa e incidentalmente no processo, desde que:

- a) o julgamento de mérito dependa da resolução da questão prejudicial, o contraditório seja prévio e efetivo e o juiz precisa ser competente em razão da matéria e da pessoa, sendo que isso não será admitido se o réu for revel ou em processos que possuam limitações da cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial ou restrição probatória;
- b) o julgamento de mérito não dependa da resolução da questão prejudicial, o contraditório seja prévio e efetivo e o juiz precisa ser competente em razão da matéria e do lugar, sendo que isso não poderá ocorrer em processos que possuam limitação da cognição ou restrições probatórias.
- c) o contraditório seja prévio e efetivo, mesmo que o juiz não seja competente em razão da pessoa. Se houver limitação da cognição que impeça o aprofundamento da análise da questão prejudicial, o juiz deverá adaptar o procedimento para que essa limitação seja mitigada;
- d) o contraditório seja prévio e efetivo, mesmo que o juiz não seja competente em razão da matéria ou em razão do lugar e ainda que haja limitação da cognição que impeça o aprofundamento da análise dessa questão prejudicial;
- e) o contraditório seja prévio e efetivo, mesmo que o juiz não seja competente em razão da matéria ou da pessoa, porém isso não será admitido se houver limitação da



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

cognição que impeça o aprofundamento da análise dessa questão prejudicial.

23. Em relação à coisa julgada, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) denomina-se coisa julgada formal a autoridade que torna imutável e indiscutível a sentença de mérito não mais sujeita a recurso;
- b) em nenhuma hipótese, nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide;
- c) a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros;
- d) é possível à parte discutir no curso do processo as questões já decididas, mesmo se sobre elas tenha se operado a preclusão;
- e) os motivos não fazem coisa julgada, mas a verdade dos fatos sim, desde que estabelecida como fundamento da sentença.

24. Assinale a afirmativa CORRETA. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência, sendo que

- a) efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de trinta dias, em autos apensos e mediante o pagamento de novas custas processuais.
- b) a tutela cautelar de urgência não pode ser efetivada mediante arresto, sequestro ou arrolamento de bens, porque dependem de ação cautelar específica;
- c) a tutela de evidência será concedida, se demonstrado perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o

manifesto propósito protelatório da parte ou se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

- d) a petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, mas será a petição inicial indeferida se o pedido tiver natureza antecipatória;
- e) requerida a tutela antecipada em caráter antecedente e sendo a urgência contemporânea à propositura da ação, se concedida a tutela antecipada, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em quinze dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

25. “A” ajuíza ação de responsabilidade civil em face do Estado do Amazonas, por meio da qual pleiteia a condenação da Fazenda Pública em obrigação de pagar quantia certa a título de danos emergentes e lucros cessantes. O órgão jurisdicional profere pronunciamento judicial que acolhe o pedido relativo à indenização por danos emergentes, por estar convencido que é incontroverso. Ato contínuo determina o início da fase de instrução para o pedido de lucros cessantes, haja vista ainda existir



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

controvérsia. Nesta hipótese, no que tange ao pedido que fora acolhido antecipadamente, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o recurso cabível de ser interposto pelo Estado será o de apelação, mas apenas quando for proferida a sentença analisando o outro pedido;
- b) o recurso cabível de ser interposto pelo Estado será o de apelação, mas contra a própria decisão que acolheu parte do pedido, sem prejuízo do cabimento de nova apelação quando da prolação da sentença, que julgar o segundo pleito;
- c) é descabida a decisão parcial de mérito em face da Fazenda Pública, em razão das normas legais que limitam a concessão de tutela provisória nos processos de que ela participe;
- d) o recurso a ser interposto pelo requerido será o de agravo de instrumento, contra a própria decisão que acolheu parte do pedido, sendo certo que a obrigação reconhecida por este poderá ser objeto de cumprimento de sentença, independentemente de caução.
- e) o recurso a ser interposto pelo Estado será o de agravo de instrumento, contra a própria decisão que acolheu o pedido, sendo que a obrigação judicialmente reconhecida nesta decisão poderá ser objeto de cumprimento de sentença, mas desde que prestada caução por "A".

26. "B" impetrou, no Juizado Especial da Fazenda Pública, Mandado de Segurança contra ato do Governador do Estado, que importou na aplicação de multa por infração administrativa. Nesse

caso, ao despachar a petição inicial, o juiz deverá:

- a) extinguir o processo, sem resolução do mérito, se o valor da multa superar a quantia de quarenta salários mínimos;
- b) determinar a citação do Governador do Estado, para fins de oferecimento de contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia;
- c) determinar a notificação do Governador do Estado acerca da inicial, assinando-lhe prazo de 15 (quinze) dias para prestar informações;
- d) determinar que se dê ciência do feito à Procuradoria Geral do Estado, enviando-lhe cópia da inicial e dos documentos que a instruíram, para que, querendo, ingresse no feito;
- e) emitir pronunciamento judicial de declaração de incompetência do Juizado Especial da Fazenda Pública.

27. ALFA interpôs recurso extraordinário, contudo o Supremo Tribunal Federal compreendeu que a indicada ofensa à Constituição da República de 1988 não foi direta, mas reflexa, uma vez que o mérito recursal pressupõe a revisão da interpretação de lei federal. Nesse sentido, deverá o referido órgão julgador:

- a) converter o recurso extraordinário em ordinário e julgá-lo;
- b) remeter o recurso extraordinário para o Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial;
- c) inadmitir o recurso extraordinário, pela sua não admissibilidade;



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

d) oportunizar ao recorrente a adequação do seu recurso para aquele cabível;

e) julgar desde logo o recurso extraordinário, ante a irrelevância jurídica da questão de a ofensa ser direta ou reflexa..

28. BETA propõe ação com pedido de anulação de cláusulas inseridas em contrato administrativo em face do Estado do Amazonas, tendo o seu pleito julgado procedente em primeira e segunda instância. A Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, ante a situação, interpõe recurso especial e recurso extraordinário. No juízo de admissibilidade dos aludidos recursos, a autoridade judiciária competente, no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, nega seguimento ao primeiro recurso, sob o fundamento jurídico de que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no regime de julgamento de recurso especial repetitivo, e também ao segundo, por considerar que não houve prequestionamento da questão debatida. O Procurador do Estado, para obter a admissibilidade dos dois recursos, deverá interpor:

a) dois agravos internos;

b) agravo em recurso especial e agravo em recurso extraordinário, respectivamente.

c) agravo interno único, tendo por objeto as duas decisões de inadmissibilidade recursal;

d) agravo em recurso especial e agravo interno, respectivamente.

e) agravo interno e agravo em recurso extraordinário, respectivamente..

29. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, ela será:

a) intimada na pessoa de seu representante judicial para opor embargos à execução, no prazo de trinta dias, que serão autuados em apenso;

b) intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de trinta dias e nos próprios autos impugnar a execução, podendo alegar, dentre outros temas, a inexecutibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

c) citada na pessoa de seu representante judicial para opor embargos à execução, no prazo de trinta dias, nos próprios autos, podendo alegar, dentre outros temas, excesso de execução ou qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente ao trânsito em julgado;

d) citada na pessoa de seu representante judicial, por meio eletrônico ou por carta, para impugnar o cálculo apresentado pelo credor, nos mesmos autos, e, após a homologação da conta de liquidação, iniciar-se-á a execução, com abertura de prazo para embargos à execução;

e) intimada na pessoa de seu representante judicial, por meio eletrônico, por Oficial de Justiça, ou por carta, para no prazo de quinze dias impugnar o cálculo apresentando pelo credor..



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

30. Considere as seguintes afirmativas sobre o tema da competência no âmbito do Código de Processo Civil. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, mesmo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta;
- b) a ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor;
- c) a execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado;
- d) a ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa;
- e) a competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é modificável por convenção das partes.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Levando-se em consideração a definição contida no artigo 3º do Código Tributário Nacional, PODE-SE AFIRMAR que o tributo é:

- a) um valor pago voluntariamente pelo contribuinte como forma de colaboração com o estado.
- b) uma contribuição voluntária para obras sociais realizadas pelo estado.
- c) uma penalidade imposta pelo estado em virtude da prática de um ato ilícito.

- d) têm por fato gerador uma situação jurídica abstrata, não sendo possível vincular um tributo a qualquer atividade estatal específica.
- e) cobrado mediante atividade plenamente vinculada.

32. Qual das opções a seguir apresenta CORRETAMENTE as limitações constitucionais ao poder de tributar na Constituição Federal?

- a) legalidade, capacidade contributiva, anterioridade, isonomia, irretroatividade e não cumulatividade.
- b) legalidade, capacidade contributiva, progressividade, isonomia, irretroatividade e não cumulatividade.
- c) legalidade, capacidade contributiva, anterioridade, seletividade, irretroatividade e não cumulatividade.
- d) legalidade, capacidade contributiva, transparência, isonomia, irretroatividade e não cumulatividade.
- e) legalidade, capacidade contributiva, anterioridade, seletividade, proporcionalidade e não cumulatividade.

33. Sobre as espécies tributárias, é INCORRETO afirmar:

- a) o imposto é chamado de tributo não vinculado porque a obrigação dele decorrente tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- b) as contribuições de melhoria podem ser cobradas pela união, estados, distrito federal ou municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, para fazer face ao custo



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

c) as taxas podem ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto, nem ser calculadas em função do capital das empresas.

d) os empréstimos compulsórios somente podem ser instituídos pela união mediante lei complementar e a aplicação dos recursos provenientes de sua cobrança será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

e) o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

34. São causas suspensivas de exigibilidade do crédito tributário nos termos do artigo 151 do Código Tributário Nacional:

a) o depósito do seu montante integral, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a prescrição intercorrente, as reclamações e os recursos, conforme previsto nas leis reguladoras do processo tributário administrativo.

b) a moratória, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a ação direta de inconstitucionalidade em que se questione a constitucionalidade de um tributo, o parcelamento.

c) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, o parcelamento, a prescrição intercorrente, o depósito de seu montante integral.

d) o depósito de seu montante integral, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a

moratória, a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.

e) a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial, a ação direta de inconstitucionalidade em que se questione a constitucionalidade de um tributo, as reclamações e os recursos nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, a moratória.

35. Em relação à inscrição em dívida ativa, é CORRETO afirmar que:

a) interrompe o prazo de prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário.

b) suspende o prazo de prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário.

c) interrompe o prazo decadencial para o lançamento do crédito tributário.

d) suspende o prazo decadencial para o lançamento do crédito.

e) não interrompe nem suspende o prazo prescricional da ação para a cobrança do crédito..

36. Acerca da execução fiscal, PODE-SE AFIRMAR que:

a) o executado é citado para, no prazo de 30 dias, pagar a dívida com juros e multa de mora e encargos indicados na certidão de dívida ativa, ou garantir a execução.

b) somente a efetiva citação interrompe a prescrição.

c) quando não localizados bens penhoráveis, inicia-se a contagem do prazo da prescrição quinquenal intercorrente.



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

d) a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez.

e) a citação por edital pode ser requerida, caso as citações por carta ou por mandado restem infrutíferas..

37. As ações antiexacionais são aquelas:

a) de iniciativa do contribuinte com a finalidade de questionar a cobrança de um determinado tributo ou penalidade, desde que ainda não tenha sido ajuizada a execução fiscal.

b) somente podem ser ajuizadas após a constituição do crédito tributário.

c) podem ser preventivas ou repressivas.

d) somente podem ser ajuizadas se houver garantia na execução fiscal.

e) a propositura suspende a exigibilidade do crédito tributário..

38. A respeito do Imposto do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) instituído no Estado do Amazonas:

1. para efeito de incidência, considera-se veículo automotor qualquer veículo aéreo, terrestre, aquático ou anfíbio, dotado de força motriz própria de qualquer tipo, ainda que complementar ou alternativa de força de energia natural.

2. incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, inscrição, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado ou residente no estado.

3. são isentos veículos automotores com mais de 10 (dez) anos de uso, a contar do ano de seu primeiro licenciamento no órgão público competente.

4. são isentas as aeronaves.

Assinale a alternativa que indica a afirmativa CORRETA.

a) são corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

b) são corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

c) são corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

d) são corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

e) são corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4..

39. A legislação amazonense que disciplina o Imposto sobre Transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), estabelece que:

1. o imposto tem como fato gerador a transmissão "causa mortis" ou por doação de direitos e da propriedade, posse ou domínio de bens imóveis.

2. o imposto não incide sobre a transferência gratuita de bens ou direitos do patrimônio da pessoa jurídica para o de qualquer dos seus sócios, acionista ou dos respectivos sucessores.

3. o imposto não incide sobre a instituição de usufruto vitalício ou temporário.

4. a alíquota do imposto é de 3% (três por cento).

Assinale a alternativa que indica a afirmativa CORRETA.



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- a. são corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. são corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. são incorretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- d. são corretas todas as afirmativas.
- e. são incorretas todas as afirmativas.

40. Pode-se AFIRMAR que a obrigação tributária:

- a) divide-se em principal e acessória, sendo que a primeira é a obrigação de pagar o tributo devido, enquanto a segunda é a de cumprir deveres formais, como emitir notas fiscais.
- b) a obrigação acessória não pode ser convertida em obrigação principal.
- c) o fato gerador é o mesmo tanto na obrigação principal quanto na obrigação acessória.
- d) impõe ao Estado o dever de conceder incentivos fiscais e prestar serviços públicos aos contribuintes.
- e) o sujeito ativo da obrigação acessória é denominado responsável tributário.

**DIREITO DO TRABALHO E
PROCESSUAL DO TRABALHO**

41. O art. 7º da Constituição Federal de 1988 assegura, expressamente, determinados direitos aos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, dentre os quais NÃO consta o direito:

- a) à irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- b) à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

- c) ao fundo de garantia do tempo de serviço.
- d) ao repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- e) à aposentadoria.

42. Considerando as Orientações Jurisprudenciais (OJs) e as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), quanto ao mandado de segurança, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não cabe mandado de segurança de decisão judicial transitada em julgado.
- b) A superveniência da sentença, nos autos originários, não ocasiona a perda de objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória.
- c) No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, cabe mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.
- d) A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário.
- e) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial passível de reforma mediante recurso próprio, ainda que com efeito diferido.

43. Considerando as disposições da Lei n.º 7.783/89 (que dispõe sobre o exercício do direito de greve) e as Orientações Jurisprudenciais (OJs) do Tribunal Superior do Trabalho (TST), quanto à greve em serviços ou atividades



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

essenciais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;
- b) é abusiva a greve que se realiza em setores que a lei define como sendo essenciais à comunidade, se não é assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço, na forma prevista na Lei n.º 7.783/89;
- c) a assistência médica e hospitalar e a distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos são considerados serviços ou atividades essenciais;
- d) o processamento de dados ligados a serviços essenciais também é considerado atividade ou serviço essencial;
- e) na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 12 (doze) horas da paralisação.

44. De acordo com a Lei n.º 6.019/74 (que dispõe sobre o trabalho temporário):

- a) é vedado o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador da sua condição de temporário.
- b) o contrato de trabalho temporário deve versar apenas sobre o

desenvolvimento de atividades-meio a serem executadas na empresa tomadora de serviços.

c) é permitido à empresa do trabalho temporário cobrar ou descontar do trabalhador valores a título de mediação.

d) é proibida a contratação de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve, salvo nos casos previstos em lei.

e) os serviços contratados deverão ser executados pelos trabalhadores temporários nas instalações físicas da empresa contratante, sendo vedado, em qualquer hipótese, a execução em outro local.

45. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as Orientações Jurisprudenciais (OJs) e as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), quanto ao adicional de insalubridade, assinale a alternativa CORRETA:

a) o adicional de insalubridade não integra a remuneração.

b) o trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta o direito à percepção do respectivo adicional.

c) serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

d) a caracterização e a classificação da insalubridade, segundo as normas



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

do Ministério do Trabalho, far-se-ão, exclusivamente, através de perícia a cargo de Médico do Trabalho, registrado no Ministério do Trabalho, sendo vedado atribuir tal encargo de elaboração do laudo a Engenheiro do Trabalho.

e) o trabalhador que exerce suas atividades laborais em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, com classificação em grau médio, deve receber adicional de insalubridade pelas condições que desempenha seu trabalho no percentual de 25%.

LÍNGUA PORTUGUESA

46. Canção da América - Canção de Milton Nascimento

Amigo é coisa pra se guardar
Debaixo de sete chaves
Dentro do coração
Assim falava a canção que na
América ouvi
Mas quem cantava chorou
Ao ver o seu amigo partir
Mas quem ficou, no pensamento
voou
Com seu canto que o outro
lembrou
E quem voou, no pensamento ficou
Com a lembrança que o outro
cantou
Amigo é coisa para se guardar
No lado esquerdo do peito
Mesmo que o tempo e a distância
digam "não"
Mesmo esquecendo a canção
O que importa é ouvir
A voz que vem do coração

Pois seja o que vier (seja o que vier)

Venha o que vier (venha o que vier)

Qualquer dia, amigo, eu volto

A te encontrar

[...]

Considerando as orações abaixo e os trechos destacados, assinale a questão INCORRETA:

a) Mas quem cantava chorou/Ao ver o seu amigo partir – temos respectivamente: oração subordinada adverbial de tempo e oração subordinada substantiva objetiva direta;

b) Com seu canto que o outro lembrou – temos oração subordinada adjetiva restritiva;

c) E quem voou, no pensamento ficou – na 1 oração, temos oração coordenada sindética aditiva, na segunda oração, coordenada assindética;

d) O que importa é ouvir/A voz que vem do coração – temos oração subordinada substantiva objetiva direta;

e) Qualquer dia, amigo, eu volto/A te encontrar – oração subordinada adverbial final.

47. Leia o texto para responder ao que se pede:

**O valor da amizade no mundo
complexo
May 20, 2013**

Artigo do presidente da Liga do Desporto, Jean Gaspar, sobre o conceito de amizade por ocasião do Dia do Abraço.



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Em um mundo marcado sobretudo pela alta competitividade, isolamento e individualismo, um conceito muito caro à filosofia merece nossa atenção: amizade. Especialmente nesta semana em que se comemora, em 22 de maio, o Dia do Abraço, o momento se configura como oportuno para nossa reflexão.

A data é simbólica. Nasceu com um jovem australiano, Juan Mann, que um dia saiu nas ruas de Sidnei, oferecendo abraços grátis. Se a iniciativa pode parecer excêntrica, por outro lado nos leva a repensar no seu sentido mais profundo, como manifestação de afeto e amizade. Como dizia o músico Cazusa, “abraço é o encontro de dois corações” ou a escritora Clarice Lispector, “no abraço, mais do que em palavras, as pessoas se gostam”.

Não foram poucos os filósofos que se debruçaram na definição de amizade. Sócrates, por exemplo, já dizia que “para conseguir a amizade de uma pessoa digna é preciso desenvolver em nós mesmos as qualidades que naquela admiramos”. Para Platão, “a amizade é uma predisposição recíproca que torna dois seres igualmente ciosos da felicidade um do outro”. O que podemos depreender apenas desses dois filósofos gregos é que a amizade se refere a uma relação com o outro.

A amizade é uma virtude. A amizade perfeita é uma fortíssima ligação que existe entre uma pessoa e outra. Um sentimento

verdadeiro e uma relação envolvente, que na sua completude indica o cuidado que se tem com esse outro. Ver o outro como um “outro eu”, a quem se deve respeito e amor. Ter um amigo significa transferir o sentimento que se tem por si mesmo para outra pessoa, sem esperar nenhuma recompensa por esse amor.

Sem um amigo, a vida é tênue e é praticamente impossível superar as dificuldades que cruzam os nossos caminhos. Com o amigo, desenvolvemos a própria personalidade, aprendemos a nos conhecer pelo seu olhar e a conhecer o mundo sob novas perspectivas. O filósofo, estadista e ensaísta inglês Francis Bacon dizia que “a amizade duplica as alegrias e divide as tristezas”.

Na amizade perfeita, cada um se predispõe a aceitar o outro como um eu diferente, moldando os próprios hábitos e deixando de lado os interesses pontuais. Recuperar o importante valor da amizade é fundamental para que as relações sociais sejam revigoradas como essência da natureza humana. Para isso, é preciso pensar na amizade não apenas como um sentimento puro, mas sim uma relação, uma atividade em comum, que cada um deve cultivar para ser virtuoso e construir um mundo melhor.

Analise as assertivas a seguir:

I. Os verbos destacados no fragmento “A data é simbólica. Nasceu com um jovem australiano,



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Juan Mann, que um dia saiu nas ruas de Sidnei, oferecendo abraços grátis. Se a iniciativa pode parecer excêntrica, por outro lado nos leva a repensar no seu sentido mais profundo, como manifestação de afeto e amizade” são respectivamente: verbo de ligação, verbo intransitivo, verbo intransitivo, verbo transitivo direto e indireto;

II. Considerando a função sintática do se, pode-se analisar o SE encontrado nos trechos seguintes - [...] Se a iniciativa pode parecer excêntrica (2º parágrafo) e [...] “no abraço, mais do que em palavras, as pessoas se gostam” (2º parágrafo) - respectivamente como: Conjunção Condicional e Pronome Reflexivo, com função de objeto indireto;

III. As palavras “próprios hábitos essência” (6º parágrafo) são acentuadas obedecendo, respectivamente, às seguintes regras: paroxítona terminada em ditongo, proparoxítonas (todas são acentuadas), paroxítona terminada em ditongo. Nenhuma delas sofreu alteração no último acordo ortográfico.

IV. Sobre a regência dos verbos destacados: “para conseguir a amizade de uma pessoa digna é preciso desenvolver em nós mesmos as qualidades que naquela admiramos”, como está no sentido de apreciar, ter apreço é Transitivo Direto; já no trecho: a amizade se refere a uma relação com o outro, o verbo é bitransitivo e pronominal;

V. O texto apresenta pontos importantes sobre a amizade, como: ver o outro como um eu, porém respeitando suas particularidades; não esperar recompensa pela

amizade; poder contar com os amigos nas dificuldades; aprender a conhecer a nós mesmos; fundamental para a construção de um mundo melhor.

Considerando as assertivas acima, marque a alternativa **CORRETA** em relação à análise delas:

- a) F – V – V – V – V;
- b) V – F – V – V – F;
- c) V – V – V – V – V;
- d) V – V – V – F – V;
- e) V – V – F – V – V;

48. Leia o texto e responda: Lenda Árabe

Diz uma linda lenda árabe que dois amigos viajavam pelo deserto e em um determinado ponto da viagem discutiram. O outro, ofendido, sem nada a dizer, escreveu na areia: HOJE, MEU MELHOR AMIGO ME BATEU NO ROSTO.

Seguiram e chegaram a um oásis onde resolveram banhar-se. O que havia sido esbofetado começou a afogar-se sendo salvo pelo amigo. Ao recuperar-se pegou um estilete e escreveu numa pedra:

HOJE, MEU MELHOR AMIGO SALVOU-ME A VIDA.

Intrigado, o amigo perguntou:

- Por que depois que te bati, você escreveu na areia e agora escreveu na pedra?

Sorrindo, o outro amigo respondeu:

- Quando um grande amigo nos ofende, deveremos escrever na areia onde o vento do esquecimento e do perdão se encarregam de apagar; porém, quando nos faz algo grandioso, deveremos gravar na pedra da



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

**memória do coração onde vento
nenhum do mundo poderá apagar!**

Fonte:

<https://encontos.webnode.com.br/products/lenda-arabe/>

Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Para manter a coesão do texto, o autor faz uso de anáforas (recupera termos anteriormente citados) em especial para substituir a palavra amigo, como em: o outro (1º parágrafo), o que havia (2º parágrafo). Além disso, faz uso de elipses (omissão de termos), também para se referir a amigo: Seguiram e chegaram (2º parágrafo), quando nos faz (último parágrafo). Essas escolhas deram mais fluidez ao texto, pois evitou a repetição exaustiva;
- b) O texto “Lenda Árabe” se apresenta na tipologia narrativa, posto que conta uma história incluindo tempo, espaço e personagens; quanto ao gênero é uma lenda, pois é uma narrativa de cunho popular transmitida, principalmente, de forma oral, de geração para geração.
- c) Por ser uma narrativa, o texto segue a sequência padrão: apresenta personagens e espaço na introdução; desenvolve apresentando o problema e chega ao ponto máximo do problema – clímax; faz o desfecho com o fechamento da narrativa;
- d) A análise sintática do trecho “HOJE, MEU MELHOR AMIGO SALVOU-ME A VIDA”, respectivamente é: adjunto adverbial de tempo – hoje; adjunto adnominal do sujeito – meu e melhor; núcleo do sujeito simples – amigo; verbo transitivo direto – salvou; adjunto

adnominal – me e a; núcleo do objeto direto – vida;

e) O texto apresenta uma lição de moral ao final porque faz parte do gênero da lenda

49. A respeito da concordância nominal e verbal, ASSINALE A ALTERNATIVA EM QUE OCORRA, AO MENOS, UMA INADEQUAÇÃO quanto à gramática normativa:

- a) Em relação à concordância do verbo ser, estão corretas as sentenças: Era uma hora, eram duas horas, dez reais é muito pouco, cem dias é demais, já eram cinco da manhã;
- b) Quanto ao uso de “barato e caro”, está correto dizer: os bens importados são caros, essas peças são baratas, cobraram barato por esse produto, o advogado cobrou caro pelo serviço prestado;
- c) Considerando a concordância nominal, expressões como: é proibida a entrada de pessoas estranhas, é proibido entrada de pessoas estranhas, estão corretas;
- d) Esse animal tem olho, nariz e boca monstruosos; esse animal tem olho, nariz e boca monstruosa. As duas versões estão corretas;
- e) Eles são bastantes ricos; o juiz tem bastantes razões para condená-los; ele tem bastantes razões para fazer isso. O uso de bastante está correto nos três casos.

50. Assinale a alternativa em que haja, ao menos, uma INCORREÇÃO:

- a) Há correção em relação ao uso ou não da crase nos exemplos a seguir: refiro-me àquele trabalho que você realizou; vou



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- à Manaus; ela fez um arroz à grega; partiremos às 10 horas; isto pertence a Ana Bolena;
- b) Ele **tem amado** sem ser correspondido (pretérito perfeito composto indicativo); todos **havião encontrado** o amor (futuro do pretérito composto indicativo); esperávamos que as pessoas **tivessem encontrado** amigos verdadeiros (pretérito mais-que-perfeito, modo subjuntivo, tempo composto);
- c) Na frase: "O que espero das férias: viagens, praia e visitar lugares diferentes", há uma quebra na estrutura da oração, a partir do momento em que se utiliza o verbo visitar em vez de continuar a sequência morfológica com substantivos. O ideal seria: O que espero das férias: viagens, praia e visitas a lugares diferentes.
- d) A respeito da figura de linguagem, temos Metáfora – ele foi o anjo em minha vida; Hipérbole – estou morta de fome, vou comer um elefante; Eufemismo – um dia, os olhos não se abrem e deixamos este mundo; Antítese - Estou acordado e todos dormem, todos dormem, todos dormem (Monte Castelo, Renato Russo);
- e) Ninguém **sabia** (pretérito imperfeito do indicativo) se Ana **voltaria** (futuro do pretérito do indicativo) ou não; o menino **correu** (pretérito perfeito do indicativo) antes que a irmã o

pegasse (pretérito perfeito do subjuntivo); quando **cheguei** (pretérito perfeito do indicativo) em casa, ele já se **partira** (pretérito mais-que-perfeito do indicativo)

PROVA DISCURSIVA

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

Em 7 de março de 2007, o então Presidente da República editou a Medida Provisória n. 356 (publicada no D.O.U. de 08.03.2007), que abria crédito extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para a realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro.

Pergunta-se: à luz das disposições constitucionais que regem a matéria, a abertura de tais créditos mostrou-se correta? **Justifique (fundamente) sua resposta.**

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

A Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), além de trazer inovações na seara dos contratos administrativos, trouxe uma série de institutos consolidados no âmbito dos contratos regidos pelo regime jurídico público. Ciente disso, cite as **formas de manutenção** do equilíbrio econômico do contrato, trazendo as **diferenças** entre os institutos.

3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Disserte acerca das **espécies** de preclusão para as partes e **exemplifique** cada uma delas.

4. DIREITO TRIBUTÁRIO

Defina, discorra e diferencie os seguintes institutos: a) decadência do direito de realizar o lançamento tributário; b) prescrição do direito de ação de cobrança do crédito tributário; c) prescrição intercorrente no processo judicial.

5. DIREITO DO TRABALHO/ PROCESSUAL DO TRABALHO

Considere que em execução trabalhista o Estado do Amazonas foi intimado para cumprir determinada obrigação de não fazer, com efeitos que se estenderiam de forma continuativa no tempo (pro futuro), fixada em sentença transitada em julgado.

Após análise pela PGE/AM, verificou-se que era o caso de manejo de impugnação à execução, pois se tratava de obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), bem como em interpretação de lei tida pelo STF como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado e difuso.

Constatou-se ser também cabível o ajuizamento de ação revisional, tendo em vista que, no período entre a prolação da sentença exequenda e o início da execução, houve significativa modificação do estado de direito,

promovida pelas decisões do STF acima referidas, bem como por legislação superveniente.

O Estado do Amazonas apresentou, então, a impugnação à execução (nos próprios autos da execução) e ajuizou, de forma autônoma, a ação revisional pelo rito ordinário trabalhista. Em ambos os casos o Estado abordou fundamentos legais e constitucionais.

Diante de tal situação e considerando a legislação e a jurisprudência atual, **responda os seguintes questionamentos:**

a) Se, por meio de sentenças, tanto a impugnação à execução, quanto a ação revisional, fossem julgadas improcedentes, **qual o recurso** trabalhista direcionado ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) seria cabível em cada um dos casos, para combater as decisões? E qual seria o **prazo recursal** para a Fazenda Pública? Justifique.

b) Após o julgamento dos recursos indicados por você no item "a", caso se fizesse necessária a interposição de Recurso de Revista em ambos os processos, considerando que foi prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional, **haveria alguma diferença/restrrição, de um processo para o outro**, quanto às hipóteses de **cabimento do Recurso de Revista**, em relação **exclusivamente** a eventuais dispositivos (de lei federal ou da Constituição Federal) que fossem apontados como violados/contrariados? Justifique.